Discursos e representações ambientais: processos comunicativos entre actores sociais, media e cidadãos

Anabela Carvalho, Alexandra Lázaro, Rosa Cabecinhas e Rui Ramos

Universidade do Minho

1. Introdução

Este texto apresenta um projecto sobre a relação entre os discursos de vários actores sociais, o discurso dos media e as representações sociais sobre o problema das alterações climáticas (AC), fazendo uma breve fundamentação teórica e dando conta dos objectivos e metodologias a seguir.

O projecto visa analisar os significados, discursivamente construídos, que são associados às AC por diferentes actores sociais em várias arenas, e identificar ligações entre os significados que circulam na(s) esfera(s) pública(s) e as percepções que os cidadãos têm do problema. Compreender a relação entre discursos mediados e as representações sociais da ciência e da política das AC em Portugal é o nosso principal objectivo.

A compreensão crítica da construção social das AC requer, em primeiro lugar, uma análise do discurso de actores sociais relevantes. Ao promoverem leituras específicas da questão, políticos, cientistas, empresas e activistas sugerem formas específicas de pensar e agir sobre o problema. Os media desempenham um papel crucial na amplificação de determinados discursos e na supressão de outros. Os órgãos de informação sustentam determinadas formas de lidar com as AC mas também anulam o espaço para debater cursos alternativos de acção. Procuraremos identificar as condições de inteligibilidade das AC que são dominantes nos media e compreender a sua relação com determinadas possibilidades de acção, bem como analisar as condições de resistência e contestação de discursos dominantes. Uma vez que a percepção pública da questão estará provavelmente relacionada com a (re)construção do problema pelos media, uma importante componente deste projecto será o estudo das representações sociais e das ligações com os discursos mediáticos.

Dedicaremos particular atenção a dois temas. Em primeiro lugar, as representações sobre o *risco*, que estão associadas aos conhecimentos sobre a questão, são uma fundação para pensar e agir sobre ela. Em segundo lugar, as atitudes e comportamentos relativamente às AC estão ligadas a representações sobre *responsabilidade*. Quem é responsável por resolver ou, pelo menos, minimizar o problema? Qual deveria ser a distribuição de responsabilidade entre os vários agentes que contribuem para o problema?

2. O ambiente no discurso dos actores sociais

O estudo dos discursos sobre ambiente conheceu um desenvolvimento substancial nos últimos anos. Tal investigação tem vindo a mostrar o carácter não-necessário das definições dos problemas ambientais, bem como as suas implicações para os processos de decisão e acção bem como, a um nível mais fundamental, para o conhecimento do mundo. O modo como pensamos o ambiente depende da linguagem usada para comunicar sobre ele (e.g. Harré, Brockmeier e Mühlhäusler, 1999). Como é manifesto na tipologia de discursos formulada por Dryzek (1997), o léxico, os agentes e as metáforas empregues na forma como se fala sobre ambiente variam largamente. Nessa tipologia, encontram-se, entre outros, o discurso do racionalismo económico, o discurso do desenvolvimento sustentável e o discurso da ‘modernização ecológica’ que vários estudos têm apontado como actualmente prevalecente nas economias de mercado (e.g. Mol, 2003).

O estudo de casos como as negociações internacionais sobre a camada de ozono (Litfin, 1994) e as políticas das chuvas ácidas (Hajer, 1995) revelou que o ambiente é conceptualizado de modo particular pelos vários actores sociais, através da selecção de um ângulo e da exclusão de outras dimensões, e do recurso a determinadas práticas argumentativas, e que tais opções discursivas estarão ligadas a objectivos específicos como promover uma determinada agenda política ou apontar alternativas de acção.

A análise da linguagem da ciência das AC (e.g. Demeritt, 2001) tem apontado a existência de questões ideológicas imbricadas em conceptualizações e modelizações aparentemente neutras. Apesar de ser um dado fundamental na construção social das

AC, o discurso político sobre a questão tem sido insuficientemente examinado (algumas das excepções são Roe, 1994 e McCright e Dunlap, 2000).

A Análise de Discurso (e.g. Fonseca, 1992) e a Análise Crítica de Discurso (e.g. Fairclough, 1995) tiveram um desenvolvimento muito significativo durante a década de 1990 e constituem uma base teórico-metodológica com grande potencial para este projecto em que pretendemos identificar as estratégias discursivas de actores políticos, cientistas, empresas e organizações ambientais relativamente às questões do risco e responsabilidade nas AC. Mais especificamente, procuraremos explicar o seguinte: que perspectivas promovem os vários actores sociais relativamente à questão das AC; como é que eles se posicionam e como posicionam os outros actores relativamente à necessidade de actuação; como legitimam um determinado programa de acção; que argumentos usam para defender ou para resistir à adopção de políticas mais ambiciosas; como é que promovem os seus pontos de vista em várias arenas públicas e nos media.

Metodologicamente, o primeiro passo será a recolha de documentos sobre AC produzidos por um grupo de actores sociais seleccionados (por ex. relatórios governamentais, intervenções parlamentares, relatórios científicos, documentos de empresas e materiais de campanhas promovidas por organizações não-governamentais [ONGs]). De seguida, será feita uma análise de discurso sistemática desses documentos, procurando identificar o discurso dominante de cada actor social, e construir-se-á uma representação simplificada das suas posições e das estratégias linguísticas e discursivas.

3. A media(tiza)ção do ambiente

Os significados construídos nos/pelos media relativamente ao ambiente têm importantes implicações para a legitimação ou contestação de escolhas políticas, de estudos científicos e de propostas de ONGs, bem como para a percepção e atitudes do público (e.g. Hansen, 1993; Anderson, 1997). A avaliação que fazemos do risco associado aos problemas ambientais e a adopção de formas particulares de acção são fortemente mediadas pelos órgãos de comunicação social (e.g. Allan, Adam e Carter, 2000).

Muitos problemas ambientais têm características que constituem um importante desafio para os media: complexidade, longa duração, natureza relativamente difusa em termos de causas e de efeitos, etc. Neste contexto, ganham relevo as definições de tais problemas avançadas pelos vários actores sociais. A análise científica tende a ser particularmente influente e vários estudos sobre a representação mediática do conhecimento científico dão conta de lógicas idênticas das adoptadas pelos media relativamente a outras temáticas (e.g. Nelkin, 1995). Como tal, será importante analisar o impacto específico das normas e práticas jornalísticas relativamente à questão das AC, quer no domínio científico, quer no político, económico e outros. Recentemente, Boykoff e Boykoff (2004) demonstraram que a regra jornalística do equilíbrio na representação das várias partes conduz, no caso das AC, a uma sobrerrepresentação dos ‘cépticos’ e das dúvidas e incertezas relativamente ao problema nos media dos EUA. A investigação tem apontado a importância de outros aspectos ligados aos profissionais e instituições mediáticas, como a relação dos jornalistas com as fontes (Anderson, 1997; Smith, 2005) e o peso das culturas ideológicas de cada órgão nas leituras do ambiente (Carvalho, 2005).

O discurso mediático sobre AC foi já analisado nos EUA, Reino Unido, Alemanha e noutros países (e.g. Shanahan e McComas, 1999; Carvalho, 2002; Weingart, Engels e Pasengrau, 2000). Tanto quanto pudemos apurar, à excepção do projecto de doutoramento de R. Ramos (em preparação), não há nenhum estudo sistemático da forma como os media portugueses têm representado a questão. Ramos identificou traços de ‘didacticidade’ no discurso do jornal *Público* sobre o risco associado às AC: para além de informar, o jornal procura mobilizar o leitor para a questão e mesmo, de algum modo, ‘fazê-lo agir’.

Neste projecto, pretendemos produzir uma reconstituição crítica do discurso dos media portugueses sobre AC, identificando potenciais diferenças entre órgãos de comunicação social bem como mudanças ao longo do tempo. Mapearemos os temas específicos que geram cobertura das AC e as estratégias linguísticas aí presentes. O projecto pretende estimar o ‘poder de definição’ de diferentes actores sociais nos media: com que frequências estão presentes os seus argumentos; com que destaque; se tais argumentos são ‘aprovados’ ou ‘disputados’ pelos jornalistas; até que ponto é que tais pontos de vista ‘moldam’ o debate geral sobre o assunto; qual o impacto de

diferentes estratégias discursivas na obtenção de projeção mediática. Dado o papel central do governo na gestão do problema, será dada especial atenção ao seu discurso e aos seus programas políticos, bem como ao papel dos media na legitimação ou contestação de determinadas opções. Serão também identificadas as exclusões no discurso mediático, i.e. quais os temas e quais as vozes que estão sistematicamente ausentes dos media (ou de um dado meio). Para além do mais, pretendemos relacionar o discurso com a cultura profissional (valores-notícia, rotinas produtivas, relações de poder) e com a cultura ideológica (valores sociais e políticos, posições normativas) de cada meio de comunicação. Ligar as práticas de produção noticiosa ao discurso dos media contribuirá para melhor compreender como é que os sentidos/significados são definidos. É também nossa finalidade avaliar as consequências sociais e políticas do discurso mediático.

Na metodologia a adoptar, o primeiro passo será a selecção de um conjunto de meios de comunicação que serão o objecto da nossa análise. Centrar-nos-emos na televisão (dois canais) e nos jornais (quatro) devido às suas posições no mercado das audiências e devido ao seu poder para marcar as agendas políticas e sociais. O próximo passo será a recolha exhaustiva de gravações televisivas e de artigos de imprensa da última década. Será realizada uma análise sistemática do discurso de tais meios tendo em consideração as seguintes dimensões: géneros; temas e acontecimentos; actores sociais; estratégias discursivas; e posições ideológicas. Procuraremos comparar diferentes media em cada período de tempo, o que permitirá identificar a existência de discursos alternativos e potenciará uma análise crítica. A análise cronológica detectará mudança e continuidade ao longo do tempo. Pretendemos também estudar as práticas de produção noticiosa através da observação de jornalistas nos seus locais de trabalho e da realização de entrevistas, de modo a compreender o seguinte: como é que as AC se tornam notícia; que valores-notícia são, tipicamente, mais influentes; como é que o significado das AC é negociado nas redacções; que influência têm as políticas editoriais e filiações ideológicas nas interpretações das AC (e suas implicações políticas, económicas e sociais). Por último, aspiramos a construir pontes entre o discurso e as práticas de produção do discurso.

4. Percepção pública das questões ambientais

Vários estudos têm mostrado que as perspectivas e posições individuais relativamente ao ambiente são mediadas por processos comunicativos e socialmente partilhadas. Justifica-se, portanto, o recurso, neste projecto, aos conceitos de representações sociais e de atitudes desenvolvidos na Psicologia Social. As representações sociais têm sido conceptualizadas como uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, gerado no decurso da comunicação interpessoal quotidiana (e.g. Moscovici, 1981; Jodelet, 1989). As instâncias institucionais, os meios de comunicação mediáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social. As atitudes têm sido propostas como uma das dimensões das representações sociais (e.g. Vala, 2000).

A literatura sobre representações sociais na percepção das AC é ainda muito incipiente. Contudo, a literatura sobre atitudes face a problemas ambientais indica que as pessoas têm uma forte consciência ambiental (ex. Harrington, 2001), o que sugere a pertinência de estudos mais aprofundados sobre representações sociais. Estudos sobre atitudes face ao aquecimento global do planeta sugerem que as pessoas têm consciência deste problema e se preocupam com ele mas possuem uma compreensão deficiente do mesmo, confundindo-o com fenómenos como a poluição do ar e a diminuição da camada de ozono. Tais estudos revelam também que os cidadãos consideram as AC uma ameaça mas menor que a ameaça de outros fenómenos como a diminuição da camada de ozono e a poluição dos rios, lagos e oceanos (e.g. Bord, Fisher & O'Connor, 1998; Dunlap, 1998).

Os dados existentes sobre as percepções e atitudes dos portugueses em relação às AC sugerem que a maioria das pessoas já ouviu falar do efeito de estufa e das AC, acha que o clima está a mudar, que a acção humana é uma das causas principais e que se deve tomar uma posição pró-activa nas causas do problema (Nave e Schmidt, 2002). O conhecimento dos portugueses relativamente às causas das AC parece ser deficiente, pois apesar de haver uma noção das causas possíveis, o seu grau de importância é erroneamente avaliado. As fontes de informação sobre as AC apontadas como mais importantes são os diferentes meios de comunicação social, seguidas pelas conversas com família e amigos (ibid.).

Relativamente ao sentido de responsabilidade dos cidadãos em relação a problemas ambientais e seus comportamentos e intenções comportamentais para mitigar o problema, os resultados relativos à percepção do aquecimento global mostram que, noutros países, as pessoas apoiam sacrifícios económicos para lidar com problemas ambientais e que apoiam iniciativas para lidar com AC desde que estas não acarretem dificuldades

anormais, mas pessoalmente não estão inclinadas a alterar voluntariamente os seus estilos de vida (Bord et al., 1998).

Os poucos dados existentes sobre a população portuguesa parecem replicar o padrão encontrado noutros estudos: os portugueses apoiam medidas que não interferem com o seu orçamento familiar (ex. plantar árvores ou promover energias renováveis), relacionado com o estilo de vida, mas não apoiam medidas que acarretam custos para o indivíduo, como, por exemplo, o aumento do preço dos combustíveis ou da electricidade (Nave e Schmidt, 2002). Estes resultados são algo contraditórios relativamente à atribuição de responsabilidade feita pelos inquiridos, pois a responsabilidade é uniformemente atribuída aos cidadãos e às instituições internacionais, nacionais e locais.

Com este projecto, pretendemos, em primeiro lugar, examinar como é que os cidadãos – seleccionados em função de grupos significativos – conceptualizam os riscos relativos às AC. Mais do que avaliar a exactidão do seu ‘conhecimento científico’ sobre as AC, pretendemos averiguar o seguinte: como é que o ‘conhecimento científico’ é reelaborado e combinado com o ‘conhecimento leigo’; quais são os elementos que são incorporados no ‘conhecimento leigo’ e como é que estes são estruturados num ‘nó figurativo’; que fontes são tidas em conta e em que proporções é depositada confiança; que dimensões da vida quotidiana (e.g., saúde, segurança, biodiversidade, etc.) são vistas como estando ameaçadas pelas AC; qual a importância atribuída às dimensões que estão eventualmente em risco. Pretendemos igualmente averiguar o posicionamento dos cidadãos face a diferentes opções políticas relativas às AC. Em segundo lugar, queremos investigar o sentido de responsabilidade dos cidadãos em relação às AC e seus comportamentos e intenções comportamentais para mitigar o problema. No âmbito deste projecto, procuramos resposta para as seguintes questões: o que é que as pessoas estão dispostas a fazer em relação às AC; quais são os factores que poderão diminuir ou inibir o empenhamento das pessoas para ter acções pró-activas relativamente ao problema das AC; como é que as pessoas se auto-posicionam relativamente aos processos políticos. Pretendemos igualmente deslindar em que condições as pessoas estariam motivadas para participar nos processos de tomada de decisão, e averiguar a relação entre o nível de participação pública e o nível de empenhamento em acções concretas de mitigação. Uma vez que um dos objectivos deste projecto é averiguar as conexões entre os discursos mediatizados e as representações dos indivíduos e grupos, uma das nossas tarefas será descrever o tipo e o nível de exposição às mensagens mediáticas e relacionar as práticas de exposição com o sentido de risco e de responsabilidade em relação às AC.

Do ponto de vista empírico, iremos efectuar uma triangulação metodológica, que consistirá na realização de inquéritos por questionário, entrevistas, e grupos de foco e de aprofundamento. Os dados recolhidos por questionário serão submetidos a tratamento estatístico e os recolhidos a partir de entrevistas e grupos de foco serão tratados com recurso à Análise Crítica de Discurso. Serão escolhidas três cidades portuguesas para recolha de dados. Na primeira fase, será escolhida uma amostra representativa para aplicação do questionário. Uma vez efectuado o tratamento estatístico dos dados, serão escolhidos alguns dos respondentes em cada cidade para a realização de entrevistas em profundidade. Pretendemos gravar todas as entrevistas para posterior transcrição e análise do discurso. Finalmente, pretendemos efectuar sessões de grupos de foco e grupos de aprofundamento nas três cidades escolhidas. As sessões de grupo também serão gravadas para posterior transcrição e análise do discurso. Paralelamente pretendemos efectuar entrevistas e sessões de grupo com decisores políticos locais, peritos e representantes de ONG, juntamente com cidadãos, de modo a discutirem conjuntamente as questões das AC. Tais interacções serão analisadas recorrendo, possivelmente, à técnica de ‘deliberative-mapping’, recentemente desenvolvido por J. Burgess e outros investigadores.

5. Considerações finais

Apesar de, nos últimos anos, se ter registado um grande progresso na investigação sobre os discursos ambientais, prevalece uma importante lacuna no que toca às relações entre os três níveis do discurso e representação discutidos acima: o discurso dos actores sociais, o discurso dos media e as representações dos cidadãos. É fundamental ligar esses discursos e compreender os seus processos de influência mútua.

O objectivo final do projecto é precisamente analisar as relações entre os vários momentos do discurso e representação, ou seja, procuraremos explicar os processos circulares através dos quais o discurso é construído e reconstruído e identificar implicações para a acção. Os circuitos culturais em que o sentido é produzido e transformado são fortemente marcados por contextos socio-político-culturais específicos, pelo que a análise do discurso terá que os integrar (Carvalho e Burgess, 2005). Naturalmente, há uma importante componente histórica neste tipo de

investigação (cf. Carvalho, 2005). Em particular, dada a duração das AC, há uma premente necessidade de analisar a evolução diacrónica dos discursos sobre a questão no médio e longo prazos e compreender as condições de continuidade e mudança.

Bibliografia

Allan, S., B. Adam and C. Carter (eds.) *Environmental Risks and the Media*, London and New York, Routledge, 2000.

Anderson, A., *Media, Culture and the Environment*, London, University College Press, 1997.

Bord, R. J., A. Fisher e R. E. O'Connor, 'Public perceptions of global warming: United States and international perspectives', *Climate Research*, 11 (1), 1998, pp. 75-84.

Boykoff, M. T. and J. M. Boykoff, 'Balance as bias: Global warming and the US prestige press', *Global Environmental Change*, 14, 2004, pp. 125-136.

Carvalho, A., 'Climate in the News. The British Press and the Discursive Construction of the Greenhouse Effect', PhD thesis, University College London, 2002.

Carvalho, A. and J. Burgess, 'Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985-2003', *Risk Analysis*, 2005 (no prelo).

Carvalho, A., 'Representing the politics of the greenhouse effect: Discursive strategies in the British media', *Critical Discourse Studies*, 2 (1), 2005, pp. 1-29.

Demeritt, D., 'The construction of global warming and the politics of science', *Annals of the Association of American Geographers*, 91(2), 2001, pp. 307-337.

Dryzek, J., *The Politics of the Earth. Environmental Discourses*, Oxford, Oxford University Press, 1997.

Dunlap, R. E., 'Lay perceptions of global risk: public views of global warming in cross-national context', *International Sociology*, 13 (4), 1998, pp. 473-498.

Hansen, A. (ed.) *The Mass Media and Environmental Issues*, Leicester, Leicester University Press, 1993.

Harré, R., J. Brockmeier and P. Mühlhäusler, *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*, London, Sage, 1999.

Fairclough N., *Media Discourse*, London, E. Arnold, 1995.

Fonseca, J., *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice: Universidade de Nice, 1992.

Hajer, M., *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

Harrington, L. M. B., 'Attitudes towards climate change: major emitters in southwestern Kansas', *Climate Research*, 16 (2), 2001, pp. 113-122.

Jodelet, D., 'Les représentations sociales: un domaine en expansion', in D. Jodelet (coord.) *Les Représentations Sociales*, Paris, PUF, 1989.

Litfin, K., *Ozone Discourses: Science and Politics in Global Environmental Cooperation*, New York, Columbia University Press, 1994.

- McComas**, K. and J. Shanahan, *Nature Stories: Discourses of the Environment and their Effects*, Cresskill, N.J., Hampton Press, 1999.
- McCright**, A. and R. Dunlap, ‘Challenging global warming as a social problem: an analysis of the conservative movement’s counter-claims’, *Social Problems*, 47(4), 2000, pp. 499-522.
- Mol**, A., *Globalization and Environmental reform: The Ecological Modernization of the Global Economy*, Cambridge, MA., MIT Press, 2003.
- Moscovici**, S., ‘On social representations’, in J. P. Forgas (ed.) *Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding*, London, Academic Press, 1981.
- Nave**, J. G. e L. Schmidt (coords.) *As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo Comportamental de Curta Duração – Relatório Final*, Lisboa, ISCTE, 2002.
- Nelkin**, D., *Selling Science: How the Press Covers Science and Technology* (revised edition), New York, W.H. Freeman, 1995.
- Ramos**, R., ‘O discurso do ambientalismo nos media escritos’, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, em preparação.
- Roe**, E., *Narrative Policy Analysis. Theory and Practice*, Durham and London, Duke University Press, 1994.
- Smith**, J., ‘Dangerous news: Media decision making about climate change risk’, *Risk Analysis*, 2005 (no prelo).
- Vala**, J. ‘Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social’, in J. Vala e M. B. Monteiro (coords.) *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- Weingart**, P., A. Engels and P. Pansegrau, ‘Risks of communication: discourses on climate change in science, politics, and the mass media’, *Public Understanding of Science*, 9, 2000, pp. 261-283.